

## Vidas atravessadas por fronteiras: fundamentos e potencialidades da perspectiva transnacional das migrações

*Lives crossed by borders: foundations and potentialities of the transnational perspective on migrations*

Thales Speroni\*

Palavras-chave:

Migrações

Perspectiva Transnacional

Nacionalismo Metodológico

Resumo: As vidas atravessadas por fronteiras perturbam alguns dos fundamentos clássicos de se pensar o social. Em particular, colocam em xeque o nacionalismo metodológico, marco analítico que pressupõe a primazia do nacional sobre todas as demais escalas da vida social. É com o objetivo de contribuir para uma readequação da interpretação dos fenômenos migratórios que este artigo introduz a perspectiva transnacional. Essa abordagem, que já possui mais de duas décadas, estabelece ângulos e caminhos heurísticos que permitem abranger a diversidade e complexidade das escalas geográficas das migrações contemporâneas. Este artigo está formado por quatro partes. Primeiramente, discute-se a crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração e repulsão que fundamentou grande parte das abordagens clássicas das migrações internacionais. Posteriormente, são apresentados os principais conceitos da perspectiva transnacional, em especial o de espaço transnacional e o de simultaneidade. Na terceira parte, busca-se chamar atenção para os pontos de convergência e divergência que existe no âmbito dos estudos que fizeram uso das lentes transnacionais. Para concluir este artigo, são discutidos quatro desafios teórico-metodológicos que seguem pendentes para a perspectiva transnacional.

Keywords:

Migrations

Transnational Perspective

Methodological Nationalism

Abstract: Lives crossed by borders challenge traditional foundations of social theory, particularly methodological nationalism — an analytical framework that prioritizes national perspectives in the context of social life. This article introduces the transnational perspective to contribute to a readjustment of the interpretation of the migratory phenomena. Established over two decades ago, the transnational approach provides unique insights and heuristic pathways that embrace the diversity and complexity of geographical scales inherent in contemporary migrations. The article is divided into four sections. Firstly, it explores the transnational critique of methodological nationalism, and the push-pull rationality that underlies most classic approaches to international migration. Next, it introduces key concepts of the transnational perspective, focusing on the notions of transnational space and simultaneity. The third section synthesizes the points of convergence and divergence in studies that utilize the transnational lens. To conclude, the article discusses four unresolved theoretical and methodological challenges within the transnational perspective.

Recebido em 11 de janeiro de 2023. Aprovado em 14 de março de 2023.

\* Doutor em Sociologia e investigador do Centro de Estudos e Investigações em Migrações (CER-M), Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Universidade de Barcelona (UB). E-mail: [thales.speroni@uab.es](mailto:thales.speroni@uab.es)

## Introdução

A partir de quais imaginários geográficos (SAID, 2008) navegam nossas imaginações sociológicas (MILLS, 2000)? Se a sociologia é, como navisão de Wright Mills, um dispositivo de navegação (GANE; BACK, 2012), sua relevância heurística demanda um permanente exame reflexivo das cartografias mobilizadas para nossa orientação. As vidas atravessadas por fronteiras geram “biografias inesperadas” (SPERONI; PEREZ, 2016) que perturbam alguns dos fundamentos clássicos de se pensar o social. Em particular, colocam em xeque o nacionalismo metodológico, marco analítico que pressupõe a primazia do nacional sobre todas as demais escalas da vida social. É com o objetivo de contribuir para uma readequação da interpretação dos fenômenos migratórios que este artigo introduz a perspectiva transnacional. Essa abordagem, que já possui mais de duas décadas, estabelece ângulos e caminhos interpretativos que permitem abranger a diversidade e complexidade das escalas geográficas das migrações contemporâneas.

Esta é a era das migrações (CASTLES; MILLER, 2009), não só porque as pessoas se deslocam cada vez mais, mas também porque os laços sociais transfronteiriços constituem estruturas que podem ser mantidas ao longo do tempo e não requerem, necessariamente, continuidade espacial. As vidas transnacionais estão atravessadas por dinâmicas e fenômenos anteriormente tidos como excludentes, como as imobilidades e as mobilidades, os pertencimentos nacionais e os vínculos transnacionais, a presença social e a distância física. Quais são as consequências sociais e sociológicas quando sujeitos, sejam eles migrantes ou não, desenvolvem aspectos centrais de suas vidas (familiar, laboral, político etc.) por meio de vínculos sociais simultâneos com lugares e atores dispersos em territórios de mais de um Estado-nação? Esse complexo mundo labiríntico não é capturado adequadamente por grande parte da sociologia que pressupõe uma equivalência entre sociedade, cultura e território nacional. De fato, as vidas transnacionais não são analisadas em toda a sua complexidade, mesmo por uma parte

importante dos estudos migratórios, a qual insiste na falsa dicotomia entre estudos sobre a integração e assimilação de imigrantes nos locais de chegada e pesquisas sobre as consequências da emigração para os locais de partida (LEVITT, 2018).

A abordagem transnacional busca uma problematização e reorientação escalar da análise sociológica. Não obstante, ela não forma uma teoria homogênea, e, portanto, é descrita como uma perspectiva (FAIST, 2010), uma lente, um olhar ou um espelho (LEVITT, 2018). Pode-se dizer que a perspectiva transnacional tem como objeto privilegiado a migração internacional; no entanto, constrói análises sobre as migrações para além da mobilidade geográfico-espacial. O olhar transnacional possibilitou chamar a atenção para fenômenos, geralmente, tratados de forma dispersa (SOLÉ; CACHÓN, 2006). Como resultado, nas últimas décadas surgiram inúmeros subcampos de pesquisa (GLICK SCHILLER; FAIST, 2010), como aqueles que examinam as práticas transnacionais na esfera da vida familiar, cultural, religiosa, política e econômica (VERTOVEC, 2003). Estes subcampos procuram explorar a forma como as práticas sociais ligam, no âmbito dos espaços sociais transnacionais, diferentes tipos de atores (estatais, não estatais, migrantes, não migrantes, organizações e associações de migrantes, ONGs etc.), em diferentes contextos históricos, sociais e espaciais (LACROIX, 2014).

Este artigo está formado por quatro partes. Primeiramente, discute-se a crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração e repulsão que fundamentou grande parte das abordagens clássicas das migrações internacionais. Posteriormente, são apresentados os principais conceitos da perspectiva transnacional, em especial o de espaço transnacional e o de simultaneidade. Na terceira parte, busca-se chamar atenção para os pontos de convergência e divergência que existe no âmbito dos estudos que fizeram uso das lentes transnacionais. Para concluir este artigo, são discutidos quatro desafios teórico-metodológicos que seguem pendentes para a perspectiva transnacional.

## A crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração-repulsão

Até meados da década de 1990, a migração internacional era frequentemente descrita como um fenômeno marginal e anômico, uma excepcionalidade com poucas implicações macrossociais. Em geral, não se reconhecia a existência e relevância dos vários tipos de vínculos sociais em escala transnacional, sejam eles simbólicos, afetivos ou materiais. O lançamento de *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-states* por Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994), marcou uma virada nos estudos migratórios e em vários campos da sociologia (LEVITT; SØRENSEN, 2004). As autoras definiram o transnacionalismo como o processo pelo qual as pessoas migrantes forjam e sustentam múltiplos laços sociais que aproximam os lugares de origem e destino, não havendo, portanto, contradição entre práticas transnacionais e a integração social no lugar de destino (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994). A partir desse trabalho seminal, abriu-se o caminho para o reconhecimento da relevância empírica e das implicações teórico-metodológicas dos vínculos transfronteiriços desenvolvidos por migrantes, mas também por não migrantes. Ademais, essa obra (e os estudos subsequentes) possibilitou a negação de dois postulados centrais para grande parte das teorias clássicas das migrações internacionais.

O primeiro é que a **sociedade corresponde ao Estado-nação que engloba um povo, um território e uma cultura**. Essa concepção clássica de sociedade (DUBET, 2007) é baseada no nacionalismo epistemológico e metodológico (SMITH, 1979; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2003; GLICK SCHILLER, 2007), que entende que os processos sociais e modos de ser e viver, assim como os elementos principais da explicação sociológica, estão inscritos no marco das fronteiras nacionais.

O nacionalismo metodológico se vincula a dois elementos frequentemente presentes nas

teorias clássicas das migrações. O primeiro faz referência ao essencialismo étnico (GLICK SCHILLER, 2013), isto é, a suposição de que as categorias nacionais e étnicas são definidoras e suficientemente capazes de abarcar a complexidade e nomear os coletivos migrantes (“os imigrantes senegaleses”, “os imigrantes africanos” etc.) (FAIST, 2010). O segundo elemento está ligado à tese do sedentarismo, que considera a migração como anômala e provisória. Desse modo, assume-se que a migração internacional é um processo transitório com tão somente dois finais possíveis; o retorno ao país de origem, posto que esse é o lugar da pertença cultural primeira e essencial; ou a assimilação à sociedade de destino por meio de um processo de aculturação.

A perspectiva transnacional considera que os espaços de fluxos (pessoas, ideias e bens) estão inseridos em espaços de lugares<sup>1</sup>. Em outras palavras, fluxos mais intensos através das fronteiras não se traduzem nem em um mundo sem fronteiras (FAIST, 2010) nem na suposição da existência de “mundos nacionais” (SPERONI, 2019). Embora os estudos transnacionais não utilizem o Estado-nação como primeira unidade de análise, eles levam em conta a possibilidade de que as normas locais e nacionais não sejam diretamente determinadas por modelos globais (GLICK SCHILLER, 2007). Ao negar a equivalência entre sociedade e território estatal, e propor uma abertura às múltiplas interfaces possíveis entre diferentes tipos de atores estatais e não estatais em diferentes espaços, lugares e escalas (OLWIG; SØRENSEN, 2002), as lentes transnacionais abrem caminho para novos significados do social e da sociedade (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). O segundo postulado criticado pela mirada transnacional entende que **o fenômeno migratório é determinado por fatores estruturais de atração e repulsão**. Essa afirmação se fundamenta na concepção do migrante como um agente passivo, “empurrado” e “atraído” por mecanismos e fatores estruturais (especialmente de natureza econômica, por exemplo, os indicadores de salário e emprego) em nível nacional (concebido como um espaço de relativa homogeneidade). Consequentemente, no

âmbito da lógica de atração e repulsão a migração internacional é imaginada e interpretada como um processo linear em que a dinâmica de mobilidade é determinada pela diferença de acesso a recursos, mercados e oportunidades entre os países de origem e de destino.

## Conceitos fundamentais: espaço transnacional e simultaneidade

A perspectiva transnacional adquire nos conceitos de campo social transnacional (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004) e espaço social transnacional (FAIST, 2000)<sup>2</sup>, a base que permitiu seu desenvolvimento interpretativo. Essas noções destacam a agência reflexiva e relacional dos migrantes e suas redes sociais. Levitt e Glick Schiller (2004, p. 605, tradução nossa) definem o campo social como “[...] um conjunto de redes de relações sociais interconectadas por meio das quais ideias, práticas e recursos são trocados, organizados e transformados desigualmente”. Para essas autoras, os campos sociais são caracterizados por sua multidimensionalidade, que engloba diferentes relações sociais estruturadas em distintas formas, profundidades e amplitudes e por sua não contiguidade territorial, isto é, pela interação entre atores através das fronteiras nacionais (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Segundo Faist (2010), a noção de espaço transnacional é baseada no conceito de campo, mas acrescenta a dimensão espacial da vida social (FAIST, 2010), algo fundamental devido à tendência à despacialização do social na sociologia contemporânea (MASSEY, 1999; FAIST, 2004). Os campos ou espaços sociais transnacionais são caracterizados por vínculos simbólicos e pela interação multissituada e multidimensional entre migrantes, não migrantes, organizações e instituições, que atravessam as fronteiras de pelo menos dois Estados-nação (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT; JAWORSKY, 2007; FAIST, 2010). Essas relações atravessam não apenas os lugares de origem e destino dos migrantes, mas também outros lugares com os quais eles mantêm vínculos por meio da mediação de redes sociais e

familiares, políticas diaspóricas e organizações religiosas e culturais (LEVITT; JAWORSKY, 2007). A noção de campo social transnacional enfatiza a fluidez e a abertura das relações sociais. Assim, os campos sociais transnacionais são delimitados por redes de relações espacialmente integradas e não por relações culturalmente integradas (o que Bourdieu chamaria de *habitus*) (LACROIX, 2014).

As interações que marcam os campos sociais transnacionais situam-se entre o mundo da vida das interações pessoais e os sistemas funcionais ligados à economia, política, direito, ciência e religião (FAIST, 2010, p. 1673). Esses vínculos podem levar ao estabelecimento de múltiplos tipos de espaços transnacionais, como famílias, circuitos ou redes, comunidades ou organizações, que se baseiam em princípios sociais como a reciprocidade, a troca e a solidariedade (FAIST, 2014). O conceito de campo social transnacional problematiza a divisão entre as escalas local, nacional e global, uma vez que tanto as conexões distantes quanto as próximas atravessam o cotidiano dos sujeitos (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Portanto, supõe-se que a dinâmica desenvolvida nesses campos pode ser compreendida a partir dos ciclos de vida individuais e das transformações nos contextos nacional e global (GLICK SCHILLER, 2013; GLICK SCHILLER; FOURON, 2001).

Segundo Levitt e Glick Schiller (2004), uma abordagem baseada em campos sociais transnacionais permite diferenciar o que seriam “modos de ser” (*ways of being*), ou seja, as práticas e relações em que os indivíduos se engajam (e não tanto as identidades associadas com tais atividades); e “formas de pertencimento” (*ways of belonging*), que se referem a práticas que expressam o vínculo com grupo determinado. Os indivíduos podem ser integrados a um campo social, mas sem se identificar com nenhum aspecto cultural a ele associado, quer dizer, podem ter vínculos sociais com um país distante, mas sem necessariamente reivindicarem o pertencimento cultural a esse lugar. Estar em um campo social significa, por um lado, que há consequências relevantes dessa inserção, mesmo que não reconhecidas pelos atores, e, por outro, que indivíduos que fazem parte de um campo, mas não

reivindicam o seu pertencimento, podem fazê-lo ao longo do tempo e em certos contextos sociais e biográficos (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004).

A noção de campo social transnacional reconhece a possibilidade de simultaneidade de presença e pertencimento a universos simbólicos e espaços sociais, algo facilitado pela maior interação entre diferentes culturas, que não são necessariamente de natureza nacional (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Dessa forma, os campos sociais transnacionais dispensam a contiguidade espacial e podem se desenvolver por meio do vínculo não linear entre espaços e escalas. O conceito também permite chamar a atenção para a portabilidade de certos tipos de relações sociais, como a relativa aos direitos. A portabilidade de direitos designa a possibilidade de preservar, manter e transferir determinados direitos, como direitos previdenciários, em diferentes países de residência ou em situações de múltiplas nacionalidades (AVATO; KOETTL; SABATES- WHEELER, 2010, p. 455).

As possibilidades de acesso simultâneo aos direitos em mais de um Estado nacional é uma das dinâmicas essenciais dos campos sociais transnacionais (LEVITT *et al.*, 2017) e, a partir da qual, a tradicional relação territorializada entre Estados e cidadãos é abalada (DE GUCHTENEIRE; PÉCOUD, 2009, p. 6). Nesse sentido, os campos sociais transnacionais podem levar ao estabelecimento de “cidadãos transfronteiriços” indivíduos que, sejam ou não cidadãos do local de origem ou de destino, têm acesso a algum grau de acesso aos direitos da cidadania em ambos (GLICK SCHILLER; FOURON, 2001). Poderia, então, a noção de cidadania ir além da ideia de exclusividade de pertencimento a um Estado-nação? (FAIST, 2010).

Identificar a possibilidade de portabilidade de direitos e a perturbação das noções tradicionais de cidadania não significa postular a insignificância dos Estados e de suas fronteiras. Um mundo com fronteiras é um lugar onde os Estados procuram assumir a responsabilidade pela gestão da migração, por meio de aparatos burocráticos e policiais, mas também pela formulação de

políticas sociais. Por um lado, constroem-se muros e exteriorizam-se fronteiras; por outro, são criadas barreiras ao acesso a direitos sociais para forçar o retorno ou a remigração dos migrantes, mas também a incorporação a postos de trabalho precários. Como resultado, os Estados produzem e reproduzem a ilegalidade imigrante (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2015; DE GENOVA, 2017), processo que tende a promover algumas formas de transnacionalização não voluntária, por exemplo, por meio da separação de famílias migrantes. O aumento do número de prisões, deportações e mortes nas fronteiras da Europa e dos Estados Unidos (JANSEN; CELIKATES; DE BLOOIS, 2015; FERRER-GALLARDO; ALBET-MAS, 2013) e as restrições para o acesso dos imigrantes aos serviços públicos de saúde (REEVES; MCKEE; STUCKLER, 2015) em parte dos países europeus, mas também latino-americanos, demonstra claramente essa dinâmica.

A noção de campo social transnacional também permite reconhecer a relevância da imobilidade, o que torna a análise das migrações tanto sobre os migrantes quanto sobre os atores em situação ou de natureza não móvel (famílias, estados, organizações etc.) que podem cumprir papéis cruciais nas dinâmicas transnacionais (LEVITT; SØRENSEN, 2004; FAIST, 2014; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Aqui vale reconhecer, com o apoio de Glick Schiller e Salazar (2013), que as dinâmicas de interdependência entre mobilidade e imobilidade são atravessadas por relações de poder assimétricas e multiescalares. A relação entre mobilidade e poder é abordada por Glick Schiller e Salazar através da noção de regimes de mobilidade global. Esses regimes normalizam o movimento de alguns atores ao mesmo tempo em que obstaculizam e criminalizam os destinos de outros (GLICK SCHILLER; SALAZAR, 2013); produzem conectividades, mas também participam da constituição de novos modos de confinamento e exploração (SALAZAR; SMART, 2011).

Glick Schiller e Salazar, juntamente com Faist, alertam para a importância de não superestimar as consequências positivas da mobilidade: embora seja um recurso positivo para

grupos subordinados, também podem estabelecer novas dependências e contribuir para aprofundar certas desigualdades sociais (FAIST, 2014). Faist (2019) destaca que mobilidades e imobilidades em espaços transnacionais são sempre parte integrante de macroestruturas de desigualdades. Segundo o autor, as fronteiras e as barreiras jurídicas e sociais para as migrações funcionam como mecanismos de promoção da justiça social no norte global e de detrimento das condições de vida no sul global. Do ponto de vista da proteção social, isso significa que os países do norte global tendem a importar recursos de proteção (como mão de obra feminina para trabalhos de cuidado) e exportar riscos sociais (por exemplo, por meio do deslocamento de partes de cadeias produtivas caracterizadas pela precariedade laboral e impactos negativos no meio ambiente) para os países do sul global. Como pensar a justiça social em um contexto internacional de distribuição assimétrica de riscos e recursos de proteção? Essa questão alçada pelo olhar transnacional permeia o debate sobre os marcos geográficos da realização da justiça, o que Fraser (2008, p. 31-64) chamou de “política de enquadramento”.

As noções de campo social e espaço social transnacional, assim como de regimes de mobilidade, têm como característica comum a ênfase nas dinâmicas relacionais, espaciais e históricas e nos processos de poder que as atravessam (GLICK SCHILLER, 2015). Portanto, não podemos conceber o transnacional simplesmente como uma escala estanque e hermética situada entre o global e o nacional. Nas palavras de Levitt e De La Dehesa (2017), “o transnacional” não pode ser visto como substantivo, mas sim como adjetivo e, progressivamente, como verbo (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017, p. 1520-1521). Nesse sentido, para Levitt (2018), o transnacional é, antes de tudo, uma forma de olhar que enfatiza a natureza dinâmica e processual da realidade social, bem como as diversas possibilidades de vínculos escalares e tipos de vínculos entre múltiplos atores:

Uma óptica ou mirada transnacional começa com um mundo sem fronteiras e examina empiricamente os limites e fronteiras que emergem em

determinados momentos históricos, as relações de poder que os criam e sua ligação com áreas e processos ilimitados. Essa visão não subestima a unidade espacial apropriada de análise; de fato, um componente-chave dessa abordagem é examinar a amplitude territorial e o alcance de qualquer fenômeno social sem suposições prévias. (LEVITT, 2018, p. 3, tradução nossa).

A perspectiva transnacional trouxe um deslocamento profundo na forma como a migração é definida: em vez de ser descrita como um processo linear (que possui formatos e trajetórias previsíveis e predeterminadas), mecânico (que responde a forças de atração e repulsão), e binacional (que envolve as sociedades nacionais de origem e destino, assim como, coletivos étnico-nacionais tidos como relativamente homogêneos), reconhece-se a existência de formas plurais de (i) mobilidade e a possibilidade de pertencimento múltiplo e simultâneo a diferentes lugares (LEVITT, 2018).

A perspectiva transnacional parte da centralidade da *práxis* na estruturação da sociedade<sup>3</sup> e de uma concepção aberta, dinâmica e complexa das escalas da vida social, para propor uma visão multiescalar do que acontece nos espaços nacionais, “abaixo deles”, “entre eles” e “além deles” (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER, 2015; BAUBÖCK, 2016; DOBBS; LEVITT, 2017; DOBBS *et al.*, 2018; LEVITT *et al.*, 2023). Por conseguinte, a partir das lentes transnacionais, a migração é entendida como um processo complexo e multidirecional; e o migrante, como sujeito ativo, que não se reduz nem à noção de *commodity* nem à de *homo economicus*, e que é capaz de desenvolver vínculos simultâneos e transnacionais, assim como estratégias intersticiais no âmbito das estruturas sociais e dos estados nacionais.

## Convergências e divergências na perspectiva transnacional

Portes (2005) identificou cinco afirmações que marcam as principais convergências da

perspectiva transnacional. Apesar da síntese por ele desenvolvida já ter mais de uma década, os fundamentos de tais confluências seguem sendo válidos. A primeira afirmação sustenta que **o transnacionalismo representa um novo olhar, não um fenômeno novo**. Nesse sentido, são reconhecidas práticas transnacionais do passado, como a de mercadores, ativistas exilados e trabalhadores sazonais (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 1999; PORTES, 2005; MORAWSKA, 2003; THOMAS; ZNANIECKI, 1918). Nesse sentido, Smith (2003, p. 725, tradução nossa) afirma: “[...] se a vida transnacional existiu no passado, mas não foi reconhecida como tal, então as lentes transnacionais realizam o novo trabalho analítico de proporcionar uma forma de ver o que estava ali e que não era possível ver antes”. A despeito da antiguidade desses fenômenos, vários autores destacam as peculiaridades das sociabilidades transnacionais contemporâneas, seja pelos impactos da globalização, seja pelas maiores possibilidades de mobilidade e conectividade geradas pelo surgimento e difusão de avançadas tecnologias de comunicação, logística e transporte (LACROIX, 2014; PORTES; GUARNIZO E LANDOLT, 1999; FAIST, 2010; COGO, 2012).

A segunda convergência é a de que **o transnacionalismo é um fenômeno de base** (PORTES, 2005). Isso significa que esse processo se refere principalmente às atividades realizadas por atores “de baixo”, como migrantes, mas também ONGs, movimentos sociais e associações comunitárias. Nesse sentido, Faist faz uma distinção entre transnacionalização, espaços sociais transnacionais e transnacionalidade. Enquanto a primeira se refere aos processos específicos de transações transfronteiriças, a segunda se refere a estruturas transfronteiriças que se estendem além das fronteiras de vários estados-nação, e a última alude ao escopo das transações transfronteiriças por agentes (FAIST, 2014). Em contraste às dinâmicas de transnacionalização, os processos de internacionalização se referem aos vínculos, eventos e processos mantidos exclusivamente pelos Estados e seus agentes; e a globalização se refere aos efeitos de estruturas, processos e dinâmicas globais em

escalas geográficas inferiores (FAIST, 2010; FAIST, 2014). Portes (2005), por sua vez, prefere não falar de atividades globais, mas de multinacionais, ou seja, aquelas ações de natureza econômica, política e sociocultural que estão localizadas em mais de um país e que são desenvolvidas por organizações intergovernamentais e supranacionais, por corporações econômicas e por instituições de alcance global, como a Igreja Católica (PORTES, 2005).

No que concerne aos tipos de estudos que se desprendem desses conceitos, Pries (2008) diferencia as pesquisas comparativas internacionais, as investigações sobre o sistema-mundo e os estudos transnacionais. Enquanto os primeiros têm como unidades de referência os Estados nacionais vistos como sociedades nacionais, os segundos têm como objeto o sistema-mundo, seus mecanismos e dinâmicas gerais, e os últimos analisam espaços sociais multilocalizados e transfronteiriços (PRIES, 2008). Como aponta Hannerz (1996), o arcabouço analítico dos estudos sobre a globalização não dispõe de instrumentos interpretativos satisfatórios para a análise de atores transfronteiriços, na medida em que tende a se referir a uma escala global, permeada por certa convergência e homogeneidade. Vertovec (2003), por sua vez, destaca que, apesar da importância de distinguir noções espaciais das análises que elas podem subsidiar, é vital que se construam meios de diálogo transdisciplinar entre esses campos de estudo.

O reconhecimento que **nem todos os imigrantes são transnacionais** (PORTES, 2005) é a terceira convergência no âmbito da perspectiva transnacional. Se, por uma parte, não é possível reduzir o fenômeno migratório a um caminho linear em direção à assimilação ao lugar de destino, tampouco se deve, por outro lado, desconsiderar que muitos migrantes podem desenvolver trajetórias orientadas à dissolução de parte importante de seus laços sociais com o lugar de origem. Inicialmente, Basch e suas colegas definiram a emergência contemporânea do “transmigrante”, um novo tipo de migrante que, apesar de estar enraizado no local de destino, mantém múltiplos vínculos com

o local de origem (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 8). Esse conceito não foi amplamente adotado porque tendeu a levar a estudos que descartaram, sem o devido exame, as dimensões não transnacionais da vida social (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Por fim, estudos empíricos como o de Mazzucato (2008) mostram que um caminho de assimilação no local de destino não é necessariamente incompatível com a manutenção de vínculos transnacionais.

A quarta confluência encontra-se em torno do postulado de que **o transnacionalismo migrante tem consequências macrossociais**. Um grande conjunto de estudos (SØRENSEN, HEAR; ENGBERG-PEDERSEN, 2002; FAIST, 2008; DE HAAS, 2010; FAIST; FAUSER; KIVISTO, 2011; SØRENSEN, 2012; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2013; LEVITT *et al.*, 2023) demonstrou as interfaces entre migração, vínculos transnacionais e desenvolvimento. As remessas são o principal mecanismo dessa relação. Em 2014, os “países em desenvolvimento” receberam 431 bilhões de dólares em remessas, o que representa cerca de 26% do fluxo total de moeda estrangeira que teve o mesmo destino (BANCO MUNDIAL, 2016). De acordo com o Banco Mundial, as remessas são fontes de recursos mais confiáveis, menos voláteis e mais estáveis do que aqueles derivados de investimento estrangeiro direto, programas oficiais de assistência ao desenvolvimento e carteiras de dívida e capital privado (BANCO MUNDIAL, 2016). Consequentemente, os dados sobre remessas são utilizados como fiadores pelos Estados com grande contingente emigrante durante processos de solicitação e renegociação de empréstimos internacionais (GUARNIZO, 2003).

As remessas não se limitam aos fluxos monetários, mas também ao que Levitt chamou de “remessas sociais” (LEVITT, 1998; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2011), ou seja, a circulação de normas, práticas, identidades e capital social que impactam não apenas no desenvolvimento socioeconômico, mas também em dinâmicas socioculturais profundas. Através de visitas, retornos, remigrações ou através da constituição de laços sociais multilocalizadas, os migrantes

constituem redes de cooperação econômica; criam, recriam e transformam modos de ser e fazer na esfera econômica e política; e, por fim, impactam as normas sociais, como as relacionadas ao gênero e à família.

O impacto estratégico das remessas é um dos aspectos que explica o progressivo interesse dos Estados pelos seus cidadãos emigrantes e pelas dinâmicas transnacionais que eles desenvolvem. Esta disposição manifesta-se na ampliação dos direitos políticos e de representação dos emigrantes, na facilitação do acesso à dupla nacionalidade e no desenvolvimento de políticas de apoio e incentivo ao fortalecimento dos vínculos com o local de origem (FAIST; GERDES, 2008). O interesse dos Estados pelos emigrantes está ligado não só à sua importância econômica, mas também à potencial influência política que eles detêm (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Por fim, deve-se notar que as relações entre o Estado e a transnacionalização da vida social não implica, necessariamente, perda de espaço e poder para o primeiro. Em contraste, os Estados tendem a ser atores centrais nos processos de transnacionalização, apesar de sua ação ser frequentemente reativa e posterior à dos migrantes (FAIST, 2010).

A quinta e última afirmação gira em torno da tese de que **o grau e as formas da ação transnacional variam de acordo com os contextos de origem e recepção**. (PORTES, 2005). Apesar do caráter inegavelmente inovador da perspectiva transnacional, é possível verificar certo “efeito mantra” (PRIES, 2008, p. 1). Muitos estudos declararam, sem as devidas nuances e evidências empíricas, o caráter positivo da mobilidade e dos vínculos transnacionais desenvolvidos pelos migrantes (LEVITT; JAWORSKY, 2007). Caíram no que Glick Schiller e Salazar (2013, p. 4) chamaram de “armadilha da mobilidade”, que consiste em desconsiderar as relações entre poder e mobilidade em favor de um discurso sedutor sobre a mobilidade como essencialmente libertadora e como base de um novo cosmopolitismo. Dessa forma, o quinto postulado expressa a intenção de limitar o espaço para abstrações reducionistas, risco mais presente nos primórdios da perspectiva



transnacional do que hoje. A preocupação com as dinâmicas contextuais levou a outra armadilha, a escassa produção de estudos geradores de interpretações menos dependentes de situações particulares (GLICK SCHILLER, 2013; LACROIX, 2014; WALDINGER, 2015; DAHINDEN, 2017).

É possível identificar, no campo da perspectiva transnacional, um grupo de pesquisadores que defende uma abordagem mais restrita, enquanto outro conjunto de autores propõe uma abordagem mais ampla. No primeiro grupo, Pries (2001), Portes, Guarnizo e Landolt (1999) defendem que apenas os indivíduos inseridos em configurações transnacionais mais densas e duradouras devem estar no centro da análise. Segundo Portes e seus colegas, para serem reconhecidas como transnacionais, as práticas devem envolver uma proporção significativa de pessoas no universo em pauta e não se caracterizar pela fugacidade e excepcionalidade. O segundo grupo, mais numeroso e diversificado, propõe uma abordagem ampla, que considera práticas transnacionais regulares, mas também as mais esporádicas, bem como atividades de natureza formal e informal localizadas nas mais diversas dimensões da vida social (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT, 2018; MAHLER; PESSAR, 2006). Para este segundo grupo, a questão não está tanto na regularidade e sustentabilidade das práticas tomadas isoladamente, mas nas capacidades agregadas que elas possuem, ao longo do tempo, em constituir e manter campos sociais transnacionais (LEVITT, 2018).

## Desafios pendentes

Há mais de uma década e meia, pesquisadores afirmam que a tarefa de demonstrar a existência e relevância da dimensão transnacional da vida social já foi realizada com sucesso (LEVITT; JAWORSKY, 2007; PRIES, 2008). Não obstante, persistem inúmeros desafios vinculados à necessidade de desenvolver e consolidar arcabouços conceituais e estratégias metodológicas capazes de interpretar e explicar a complexidade e o dinamismo dos fenômenos transnacionais. Embora

a jornada já tenha sido iniciada, resta um longo caminho a percorrer. Para concluir este artigo, são mencionados quatro desafios pendentes para a perspectiva transnacional:

1. **Superar a produção excessiva de estudos empíricos meramente descritivos.** A perspectiva transnacional e sua gramática conceitual ocupam atualmente uma posição hegemônica no campo dos estudos migratórios. No entanto, a legitimidade da abordagem transnacional teve como efeito colateral o desenvolvimento de grande número de estudos que se limitaram a descrever os conteúdos das práticas transnacionais, não chegando à análise dos mecanismos meso e macrosociais que moldam e permitem explicar os fundamentos dessas práticas empíricas.
2. **Fomentar uma maior colaboração interdisciplinar.** Em particular, faz-se necessário um maior diálogo da antropologia, sociologia, geografia e ciências políticas com as investigações históricas com o intuito de promover uma maior compreensão dos nexos entre os fenômenos transnacionais do passado e do presente (PAPADOPOULOS; SPERONI, 2022). Esse tipo de colaboração permitiria situar historicamente (e a partir de um olhar crítico) os conteúdos e formatos das dinâmicas transnacionais e suas interfaces com processos macrosociais de produção e reprodução de desigualdades internacionais.
3. **Promover uma maior articulação heurística entre as lentes transnacionais e o marco interseccional das desigualdades sociais.** A abordagem interseccional tendeu a ser mobilizada para estudos limitados a realidades nacionais específicas, o que Mahler, Chaudhuri e Patil (2015) chamaram de “interseccionalidade doméstica”. Nesse sentido, essas autoras propõem escalar a análise interseccional a fim de analisar a interseccionalidade das desigualdades de gênero, classe, etnia, raça e origem nacional

em múltiplas escalas sociais, incluindo a íntima, local, nacional e transnacional.

#### 4. Reconhecer as dinâmicas transnacionais emergentes, em especial as vinculadas ao processo de digitalização da vida social.

Se a simultaneidade é um dos elementos centrais dos fenômenos transnacionais, não cabe lugar a dúvida de que a digitalização da vida social abre uma pletera de novas formas possíveis de estar, pertencer e estabelecer vínculos com lugares e atores espacialmente dispersos (SOLÉ; SPERONI; DALLMANN, 2022). O processo de digitalização reconfigura a espacialidade das relações interpessoais, das práticas laborais, do ativismo político, dos serviços de saúde e das atividades educativas, entre outras esferas e instituições da vida social, e deve receber maior atenção em estudos futuros que partem de um olhar transnacional.

Esses quatro desafios não dão conta da amplitude e diversidade de problemáticas empíricas e teórico-metodológicas que decorrem das dinâmicas transnacionais, mas indicam alguns pontos de referência que podem ser úteis a estudos futuros e permitem ressaltar o caráter aberto e inconcluso da perspectiva transnacional das migrações.

## Notas

1 Apesar de mobilizar as noções de espaços de lugares e espaços de fluxos de Castells (2005), a visão transnacional é crítica à tese da tendência de deslocamento da centralidade dos espaços de lugares para a de espaço de fluxos. Antes de identificar uma contradição essencial entre esses dois tipos de espaços, as lentes transnacionais procuram explorar as suas interfaces potencialmente difíceis, contraditórias e dinâmicas.

2 Os estudos transnacionais também utilizaram, sobretudo em sua fase seminal, os conceitos de formação social transnacional (SMITH; GUARNIZO, 1998) e de comunidade transnacional (PORTES *et al.*, 1999).

3 Não é sem razão que Morawska (2001) e Glick Schiller (2015) apontam que muitos dos fundamentos da perspectiva transnacional podem ser encontrados na teoria estruturante de Giddens (1984).

## Referências

AVATO, Johanna; KOETTL, Johannes; SABATES-WHEELER, Rachel. Social security regimes, global estimates, and good practices: the status of social protection for international migrants. **World Development**, v. 38, n. 4, p. 455-466, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Migration and Remittances: Factbook 2016**. Washington: Banco Mundial, 2016. v. 3.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. **Nations Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states**. London: Routledge, 1994.

BAUBÖCK, Rainer. Why liberal nationalism does not resolve the progressive's trilemma: Comment on Will Kymlicka's article: "Solidarity in Diverse Societies". *Comparative Migration Studies*, v. 4, n. 1, p. 10, 2016.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información: economía, sociedad y cultura**. Volume I: La Sociedad Red. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 4. ed. New York: The Guilford Press, 2009.

COGO, Denise. **Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais**. Rio de Janeiro: Tribia, 2012.

DAHINDEN, Janine. Transnationalism reloaded: the historical trajectory of a concept. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1474-1485, 2017.

DE GENOVA, Nicholas. Movimientos migratorios contemporáneos: entre el control fronterizo y la producción de su ilegalidad. Un diálogo con Nicholas De Genova. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 153, 2017.

- DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John. New keywords: Migration and borders. **Cultural studies**, v. 29, n. 1, p. 55-87, 2015.
- DE GUCHTENEIRE, Paul.; PÉCOUD, Antoine. The UN convention on migrant workers' rights. In: CHOLEWINSKI, Ryszard; DE GUCHTENEIRE, Paul; PÉCOUD, Antoine (Orgs). **Migration and Human Rights: The United Nations Convention on Migrant Workers' Rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1-44.
- DE HAAS, Hein. Migration and development: A theoretical perspective. **COMCAD Arbeitspapier**, v. 44, n. 29, p. 1-82, 2010.
- DOBBS, Erica; LEVITT, Peggy. The missing link? The role of sub-national governance in transnational social protections. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 47-63, 2017.
- DOBBS, Erica; LEVITT, Peggy; PARELLA, Sònia; PETROFF, Alisa. Social welfare grey zones: how and why subnational actors provide when nations do not? **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1-18, 2018.
- DUBET, François. Why Remain Classical? **European journal of social theory**, v. 10, n. 2, p. 247-260, 2007.
- FAIST, Thomas. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FAIST, Thomas. Migrants as Transnational Development of the Migration – Development Nexus. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 1, p. 21-42, 2008.
- FAIST, Thomas. Towards transnational studies: World theories, transnationalisation and changing institutions. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, p. 1665-1687, 2010.
- FAIST, Thomas. On the transnational social question: How social inequalities are reproduced in Europe. **Journal of European Social Policy**, v. 24, n. 3, p. 207-222, 2014.
- FAIST, Thomas. **The transnationalized Social Question**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- FAIST, Thomas; FAUSER, Margit; KIVISTO, Peter. **The migration-development nexus: a transnational perspective**. Nueva York: Springer, 2011.
- FAIST, Thomas.; GERDES, Jürgen. Dual Citizenship in an Age of Mobility. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios; THIELEN, Gunter; MARTENS, Hans. (Orgs). **Delivering Citizenship: The Transatlantic Council on Migration**. Gütersloh: Verlag Bertelsmann Stiftung, 2008. p. 73-98.
- FERRER-GALLARDO, Xavier; ALBET-MAS, Abel. EU-Limboescapes: Ceuta and the proliferation of migrant detention spaces across the European Union. **European Urban and Regional Studies**, v. 23, n. 3, p. 527-530, 2016.
- FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008.
- GANE, Nicholas.; BACK, Les. C. Wright Mills 50 Years On: The Promise and Craft of Sociology Revisited. **Theory, Culture & Society**, v. 29, n. 7-8, p. 399-421, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of the Society: outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GLICK SCHILLER, Nina. Beyond the Nation-State and its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies. **Concepts and Methods in Migration Research. Conference Reader**. p. 39-72, 2007.
- GLICK SCHILLER, Nina. The transnational migration paradigm: global perspectives on migration research. In: HALM, Dirk.; SEZGIN, Zeynep. (Org.). **Migration and Organized Civil Society: Rethinking National Policy**. London: Routledge, 2013. p. 25-43.

- GLICK SCHILLER, Nina. Explanatory frameworks in transnational migration studies: the missing multi-scalar global perspective. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 13, p. 2275-2282, 2015.
- GLICK SCHILLER, Nina; FAIST, Thomas. (Org.). **Migration, Development, and Transnationalization: A Critical Stance**. New York: Berghahn, 2010.
- GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges Eugene. **Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home**. Durham: Duke University Press, 2001.
- GLICK SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 2, p. 183-200, 2013.
- GUARNIZO, Luis Eduardo. The Economics of Transnational Living 1. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 666-699, 2003.
- HANNERZ, Ulf. **Transnational Connections. Culture, people, places**. London; New York: Routledge, 1996.
- JANSEN, Yolande; CELIKATES, Robin; DE BLOOIS, Jansen (Org.). **The Irregularization of Migration in Contemporary Europe: Detention, Deportation, Drowning**. London: Rowman & Littlefield International, 2015.
- LACROIX, Thomas. Conceptualizing transnational engagements: A structure and agency perspective on (hometown) transnationalism. **International Migration Review**, v. 48, n. 3, p. 643-679, 2014.
- LEVITT, Peggy. Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 926-948, 1998.
- LEVITT, Peggy. Una mirada transnacional. **Autoctonía**, v. II, n. 1, p. 2-25, 2018.
- LEVITT, Peggy; DE LA DEHESA, Rafael. Rethinking “transnational migration and the re- definition of the state” or what to do about (semi-) permanent impermanence. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1520-1526, 2017.
- LEVITT, Peggy; GLICK SCHILLER, Nina. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. **The International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.
- LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadya. Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. **Annual Review of Sociology**, v. 33, n. 1, p. 129-156, 2007.
- LEVITT, Peggy; LAMBA-NIEVES, Deepak. Rethinking social remittances and the migration-development nexus from the perspective of time. **Migration Letters**, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2013.
- LEVITT, Peggy; LAMBA-NIEVES, Deepak. Social remittances revisited. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2011.
- LEVITT, Peggy; SØRENSEN, Ninna. **The transnational turn in migration studies**. Geneva: Global Commission on International Migration (GCIM), 2004.
- LEVITT, Peggy; VITERNA, Jocelyn; MUELLER, Armin; LLOYD, Charlotte. Transnational social protection: setting the agenda. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 2-19, 2017.
- LEVITT, P.; SUN, K. C.-Y.; RUXANDRA, P.; DOBBS, E. **Transnational Social Protection: Social Welfare across National Borders**. Nova York: Oxford Academic, 2023.
- MAHLER, Sarah; PESSAR, P Patricia. Gender matters: Ethnographers bring gender from the periphery toward the core of migration studies. **International migration review**, v. 40, n. 1, p. 27-63, 2006.
- MAHLER, Sarah; CHAUDHURI, Mayurakshi; PATIL, Vrushali. Scaling Intersectionality:

- Advancing Feminist Analysis of Transnational Families. **Sex Roles**, v. 73, n. 5, p. 100-112, 2015.
- MASSEY, Doreen. Imagining globalization: power-geometries of time-space. In: BRAH, Avtar.; HICKMAN, Mary; GHAILL, Máirtín (Orgs.). **Global futures**. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 27-44.
- MAZZUCATO, Valentina. The Double Engagement: Transnationalism and Integration. Ghanaian Migrants' Lives Between Ghana and The Netherlands. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 34, n. 2, p. 199-216, 2008.
- MILLS, Wright. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MORAWSKA, Ewa. **For bread with butter**: the life-worlds of East Central Europeans in Johnstown, Pennsylvania, 1890-1940. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MORAWSKA, Ewa. Structuring migration: the case of Polish income-seeking travelers to the west. **Theory and Society**, v. 30, n. 1, p. 47-80, 2001.
- OLWIG, Karen Fog; SØRENSEN, Ninna. **Work and migration**: life and livelihoods in a globalizing world. London: Routledge, 2002.
- PAPADOPOULOS, Yannis; SPERONI, Thales. As pontes interdisciplinares entre o passado, o presente e o futuro das circularidades entre a América do Sul e a Europa. **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 6, n. 1, p. 6-16, 2022.
- PORTES, Alejandro. Convergencias teóricas y evidencias empíricas en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes. **Migración y desarrollo**, v. 1, n. 4, p. 2-19, 2005.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. **American Sociological Review**, v. 67, n. 2, p. 278, 2002.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; LANDOLT, Patricia. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. **Ethnic and racial studies**, v. 22, n. 2, p. 217-237, 1999.
- PRIES, Ludger. **Rethinking transnationalism**: the meso-link of organisations. London: Routledge, 2008.
- PRIES, Ludger. The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial. In: PRIES, Ludger (Org.). **New transnational social spaces**: International migration and transnational companies in the early twenty-first century. London: Routledge, 2001. p. 3-33.
- REEVES, Aaron; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. The attack on universal health coverage in Europe: recession, austerity and unmet needs. **The European Journal of Public Health**, v. 25, n. 3, p. 364-365, 2015.
- SAID, Edward. Imaginative geography and its representations: Orientalizing the oriental. In: OAKES, Timothy; PRICE, Patricia (Org.). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008. p. 369-376.
- SALAZAR, Noel; SMART, Alan. Anthropological Takes on (Im)Mobility. **Identities**, v. 18, n. 6, p. i-ix, 2011.
- SMITH, Anthony David Stephen. **Nationalism in the twentieth century**. Canberra: Australian National University Press, 1979.
- SMITH, Robert. Diasporic Memberships in Historical Perspective: Comparative Insights from the Mexican, Italian and Polish Cases. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 724-759, 2003.
- SOLÉ, Carlota; CACHÓN, Lorenzo. Presentación Globalización e inmigración: los debates actuales. **Revista española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 116, n. 1, p. 13-52, 2006.

- SOLÉ, Carlota; SPERONI, Thales; DALLMANN, Janna. Transnational e-therapy: Telepsychology with migrants in Catalonia. **Catalan Social Sciences Review**. Barcelona, v. 12, p. 165-179, 2022.
- SØRENSEN, Ninna. Revisiting the Migration-Development Nexus: From Social Networks and Remittances to Markets for Migration Control. **International Migration**, v. 50, n. 3, p. 61-76, 2012.
- SØRENSEN, Ninna; HEAR, Nicholas Van; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. The migration-development nexus evidence and policy options state-of-the-art overview. **International migration**, v. 40, n. 5, p. 3-47, 2002.
- SPERONI, Thales. **Desencajes y Bricolajes de la Protección Social: las familias Transnacionales Bolivianas en Barcelona y São Paulo**. 2019. 445 f. Tesis (Doctorat em Sociologia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SPERONI, Thales. PEREZ, Isabel. As migrações contemporâneas e suas biografias inesperadas. In: GAIRE – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (org.). **Múltiplos Olhares – Migração e Refúgio a Partir da Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1. p. 47-59.
- THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and America: Monograph of an immigrant group**. Chicago: University of Chicago Press, 1918.
- VERTOVEC, Steven. Migration and other modes of transnationalism: towards conceptual cross-fertilization. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 641-665, 2003.
- WALDINGER, Roger. **The cross-border connection: immigrants, emigrants, and their homelands**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- WIMMER, Andreas. GLICK SCHILLER, Ninna. **Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences**. *Global networks* 2, n.4, p. 301-334, 2003.